

INSTITUTO	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	CB / cidades
Fonte	
Data	10/6/2001 Pg 21
Class.	US 1177-199

MEIO AMBIENTE

Moradores do Lago Sul, Lago Norte e ParkWay entregarão ao governo um documento pedindo a implantação imediata dos conselhos gestores das APAs

Unidos pela preservação

Sibele Negromonte
Da equipe do **Correio**

Acácio Pinheiro 25.07.00



A luta pela criação dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Distrito Federal ganhou nova munição. Na próxima semana, moradores do Park Way, Lago Norte e Lago Sul entregarão ao Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídrico, Antônio Barbosa, um documento com uma série de reivindicações. Preocupados com a descaracterização das APAs Gama/Cabeça-de-Veado e do Paranoá, os habitantes das regiões próximas ao lago uniram força para tentar vencer uma batalha que já dura anos.

O documento é fruto de um *workshop* realizado na última quinta-feira e que reuniu representantes de organizações não-governamentais ligadas ao meio ambiente, professores da Universidade de Brasília (UnB), administrações regionais e da própria Secretaria do Meio Ambiente. "Esperamos há quase 15 anos pela criação dos conselhos gestores. Sem eles, as APAs não existem na prática", explica a vice-presidente da Associação de Moradores do Park Way, Jeanine Felfili.

O decreto distrital criou a APA Gama/Cabeça-de-veado, da qual faz parte o Park Way, em abril de 1986 e previa a criação dos conselhos gestores no período de um ano. No caso da APA do Paranoá, que engloba o Lago Sul e o Lago Norte, o decreto é de 1989 e os conselhos também nunca saíram do papel.

De acordo com Jeanine Felfili,

COMUNIDADE DO LAGO SUL QUER CONSELHO GESTOR PARA PROTEGER O SANTUÁRIO ECOLÓGICO DA QI 23

o documento reivindica que as restrições previstas nos decretos que criaram as APAs sejam respeitadas. "Estão fracionando terrenos com até 25 metros de declividade no setor de mansões do Park Way e Dom Bosco. Essas divisões só poderiam ocorrer após o EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental)", exemplifica a diretora da União dos Amigos do Lago Sul (UAL), Natanry Ludovico Osório.

A outra preocupação dos moradores e que também será exposta no documento é transformação do Parque Ecológico Vivencial do Cangerana em um parque de uso múltiplo. A mu-

dança está prevista em uma lei aprovada no início do ano pela Câmara Legislativa e foi a grande motivadora para que os moradores das áreas em torno do Lago Paranoá se unissem. "Um parque de uso múltiplo permite uma série de equipamentos comerciais e urbanizadores, o que é um desrespeito para a área. Não podemos permitir isso", afirma Natanry Osório.

Por fim, o documento reivindica a implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico e o Plano de Manejo para cada APA. "Nada disso pode funcionar sem a fiscalização dos conselhos gestores", reforça Jeanine

Felfili, que é professora do Departamento de Engenharia Florestal da UnB.

O Distrito Federal conta hoje com cinco áreas de Proteção Ambiental, criadas para proteger as bacias hidrográficas. As APAs de São Bartolomeu, do Descoberto e da Cafuringa, segundo Jeanine, sofre os mesmos problemas das demais áreas de preservação, mas a mobilização dos moradores em sua defesa ainda é irrisória. "O que mais nos preocupa é a APA da Cafuringa, localizada acima do Parque Nacional. É uma área de muita encosta e calcário e que precisa de cuidados especiais", aponta.